**Universidade de São Paulo (USP)**

**Instituto de Relações Internacionais (IRI)**

**Desafios e Tendências no Mundo em Transformação**

**PARTE 1**

**BRI0001: Temas e Práticas de Relações Internacionais**

**Júlia Coury (9760620)**

**São Paulo**

**2018**

**INTRODUÇÃO**

Polarização política, fluxos migratórios, desafios humanitários, tendências tecnológicas inovadoras, incertezas econômicas, novos agentes políticos e impactos ambientais são os principais tópicos do século XXI que o curso de temas e práticas de relações internacionais nos oferece para refletir.

Levando em consideração a formação de uma sociedade com uma governança consciente dos riscos e com capacidade para oferecer respostas inovadoras às expectativas da sociedade, o curso nos estimula a questionar nossas atitudes individuais do dia a dia com base nas exposições feita por diversos convidados, os quais apresentaram suas atividades e organizações no campo das relações internacionais.

Logo, este ensaio tem por objetivo apresentar de forma crítica as principais temáticas, conceitos e questões levantados sobre as tendências e riscos globais nas palestras de cada tópico.

**Aula 1: O Brasil no futuro do mundo**

O professor Jacques Marcovitch com o intuito de incentivar os jovens a refletir sobre o seu papel na formação e no desenvolvimento da sociedade, na primeira aula, introduziu as tendências mundiais e os riscos para as próximas décadas.

Além disso, apresentou uma série de riscos econômicos, políticos, tecnológicos e ambientais que devem ser confrontados como desafios a serem enfrentados e analisados com responsabilidade no âmbito global e nacional. Nessa perspectiva, os riscos englobam tópicos chaves para serem aprofundados durante o curso. São eles: a) a crise de confiança nas lideranças, tanto no ambiente internacional com a ascensão da direita e bipolarização dos discursos que marcam líderes atuais como o Trump, quanto nas eleições brasileiras de 2018; b) as discussões e embates promovidos pelo radicalismo religioso e político que promovem o Terrorismo e crime organizado; c) as doenças endêmicas que não respeitam fronteiras e necessitam da atuação de estratégias coordenadas globalmente; d) os fluxos migratórios que são um desafio para a alocação de recursos e o respeito integral dos direitos humanos; entre outros.

Nesse contexto, estimulou a reflexão sobre o papel individual do cidadão. O questionamento “Como podemos construir o futuro?” foi essencial para a avaliação da consciência disseminada dos riscos, da busca constante de informações, assim como do contínuo reposicionamento das organizações, do desenvolvimento das capacidades de inovação e do aprimoramento do Estado estratégico.

Baseando-se nisso, para causar um impacto no Brasil, é necessária uma avaliação prévia das principais rupturas e desafios da atualidade. A educação brasileira, assim como políticas públicas de saneamento, de segurança alimentar e de desmatamento precisam de serem repensadas e aprimoradas. Além disso, desafios como a transição para baixa emissão de CO2 e o enfoque nos estudos da neurociência, apesar de não constarem como prioridades, necessitam de serem abordadas, discutidas e estudadas para que esses temas possam contribuir com o processo de crescimento da qualidade de vida da sociedade.

Com os compromissos acordados pelo Brasil na Agenda 2030, percebe-se que o país está preparado para assumir maiores responsabilidades, próprias de grandes nações. Todavia, é importante se perguntar, “mas quem constrói o futuro?” Seria uma nação tomando iniciativas de forma individualista e sem a constante ligação com o desejo de uma população ávida pelo desenvolvimento ou a própria sociedade em suas ambições, dividindo-se pelos setores privados e públicos para se fazer ouvida?

**Aula 2: Origens e características das Organizações Internacionais**

Na primeira aula apresentada pelo professor Pedro Dallari, ele tratou das organizações internacionais e de como elas funcionam, que de certa forma representa uma parte mais conceitual e essencial para o tema de Relações Internacionais. Com o advento da globalização, a interconexão de ideias, dos serviços, das informações e das pessoas, fez com que, de fato, fosse imprescindível uma constante uniformização de regras, costumes e princípios, de modo a promover maior harmonização entre as diferentes particularidades de cada sociedade.

Nessa perspectiva, com as organizações internacionais (OIs) é possível propiciar espaço de debate no qual as decisões podem ser alinhadas globalmente. As OIs são caracterizadas por 3 principais fatores: formada por estados ou outra OIs; instituída por um tratado; e possui personalidade jurídica internacional.

Além disso, a OI pode ser caracterizada pelo seu funcionamento, de formato centrado em uma área geográfica específica ou um tópico específico; pela estrutura interna com base na organização interna e órgãos que a compõe; e por suas atividades e poderes.

Todavia, apesar do ideal de unificação global ser um aspecto admirável, OIs possuem o desafio de gerência internacional ao mesmo tempo que precisam respeitar a soberania estatal. Referindo-se às tendências globais percebe-se, especialmente nas aulas subsequentes, que o mundo atingiu um ponto de integração no qual a decisão de um país influencia praticamente todos os países de forma direta e indireta, gerando responsabilidade mundial pelas decisões individuais.

Dessa forma, as OIs passam a ser o ambiente em que interesses individuais são transparecidos para todos e debatidos com o objetivo de alcançar uma decisão harmoniosa que deve ser respeitada por todos os países participantes e adotados como compromisso de implantação.

Por conseguinte, apesar de existir uma constante tensão em assimetrias de poder e posições globais, as OIs cumprem o papel, ao mínimo, de consulta, já que exerce também o papel de mediar e observar a necessidade de tomada de decisão em conjunto para que se atinjam os impactos pretendidos quando as situações, normalmente, cruzam fronteiras. Por exemplo, quando gerenciam crises migratórias, situações de guerra e problemáticas relacionadas ao meio ambiente.

**Aula 3: Geopolítica: tendências e perspectivas**

Quando o assunto de tendências e riscos globais é levantado, é natural que uma das principais temáticas abordadas seja o posicionamento estratégico dos Estados no Sistema Internacional. Dessa forma, na primeira aula ministrada pelo professor Carlos Eduardo, foi feita uma análise dos principais atores e determinantes da geopolítica mundial.

Ao iniciar a palestra marcando a oposição entre os dias atuais (pós atentado de 11 de setembro e crise de 2008) e o período da Guerra Fria (auge do Consenso de Washington), Carlos Eduardo destacou o declínio constante, porém vagaroso da hegemonia americana e a consequente abertura no âmbito das Relações Internacionais para a ascensão de novos atores.

Após eleição de Donald Trump, observa-se de forma mais clara como a potência americana vem se posicionando de forma indefinida no sistema internacional. Conhecido como Tigre de Papel (“assusta mas não faz nada”), o presidente Donald Trump apresenta um perfil que o afasta diplomaticamente de muitos líderes políticos devido a suas declarações incisivas sobre Coréia do Norte, União Européia, China e acordos mundiais.

Dessa forma, atitudes como a saída dos EUA de algumas OIs, assim como a quebra do TPP, a não participação no Acordo de Paris, o reconhecimento de Jerusalém como Capital de Israel, a saída do acordo do Irã, a saída dos EUA como vigilante dos Direitos Humanos, entre outros, geraram graves consequências para a tão cultivada imagem e para a confiança na economia norte-americana.

Mesmo que o declínio da hegemonia dos EUA já venha sendo sentido antes do Trump, o estilo do presidente provoca o aumento de riscos e incertezas da atuação do país, e isso abre espaço para outros países ocuparem posições na geopolítica que antes era preenchido pelos EUA.

A organização global, portanto, passa a apresentar a Rússia (pela atuação na Síria e posição de mediador no Oriente Médio) e China (grande influenciadora e exportadora de tecnologia de informação) como os novos grandes atores mundiais. Além disso, a própria posição do Brasil de se alinhar com a América Latina, de ser membro do BRICS, e de certa forma representar a alternativa de aliança para a União Europeia, pode levá-lo a assumir papel internacionalmente relevante nesse cenário, apesar de enfrentar um momento interno desfavorável.

**Aula 4 : Política e direito: tendências e perspectivas**

Segundo o professor Pedro Dallari, palestrante da aula, quando o assunto é Direito, muitos juristas são adeptos da tese da fragmentação, de maneira que essa fragmentação política reflete-se no Direito Internacional.

Entretanto, a tese da fragmentação não é justificável no Direito Internacional (DI) devido a constante tendência de uniformização ou compatibilização do DI com a valorização e priorização universal dos Direitos Humanos pós Guerras Mundiais.

Antes do século XX, a unidade de sistema básico era o Estado e o conceito de soberania afirmava que a ordem jurídica do Estado não se subordinava a nenhum outro ordenamento. Todavia, com o advento da tecnologia, a formação de campos de concentração na II Guerra Mundial e as explosões no Japão provocaram mudança da centralidade do DI do Estado para o indivíduo. Como a unidade básica no DI deixou de ser o Estado e passou a ser o indivíduo, essa dinâmica de integração resultou no desejo legítimo de promoção de valores. Consequentemente, a decorrência natural desse processo de integração promoveu uma evolução política no Sistema Internacional (SI).

Além disso, com a crescente integração global, passou-se a questionar como seriam tratados eventos transnacionais, com base em um imperativo lógico de interação. O DI que até então só cuidava de que questões de fronteiras e alianças militares passa a estabelecer padrões pactuado globalmente também para normas de conduta.

Dessa forma, Dallari afirma que o Direito se globaliza por demanda, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico acelera esse processo por questão de conveniência de se ter uma norma jurídica global.

O DI, então, passou a operar de duas formas, por meio de regras obrigatórias (tratados) e não obrigatórias (soft law). Ademais, esse processo de harmonização do Direito se dá pela identificação de ordens jurídicas de outros países que servem de influência para a construção das ordens que serão adotadas globalmente.

Nessa perspectiva, países ainda são legítimos e soberanos para aprovação jurídica, mas em vez de ser produtor autárquico, negocia as ordens jurídicas em sua formação e as incorporam em termos específicos em sua própria jurisdição.

**Aula 5 : Fronteiras da Ciência e seus impactos**

Na palestra ministrada por Carlos Henrique Cruz (diretor científico da FAPESP) foram abordados vários assuntos dentro das atuais discussões a respeito da pesquisa científica. Ele discorreu sobre a importância do desenvolvimento de pesquisas tanto das inicialmente projetadas com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população, quanto das pesquisas estimuladas pela curiosidade e prazer de obter novos conhecimentos.

Além disso, apresentou o relacionamento entre a sociedade e a transformação digital, mostrando como descobertas renomadas na atualidade foram originadas por pesquisas consideradas improváveis ou até mesmo desenvolvidas sem maiores ambições, apenas pelo prazer de estudar. Outro ponto importante, refere-se ao fator essencial da pesquisa contínua, a qual visa complementar ou dar prosseguimento a pesquisas anteriores sobre o assunto, de maneira a atingir patamares profundos do conhecimento e que na maioria das vezes são as responsáveis pelas grandes revoluções tecnológicas.

Apresentou também as tendências na área da pesquisa científica e da inteligência artificial. Falou sobre a edição gênica que pode ser essencial para a agricultura, também discutiu sobre a viabilidade do extermínio da fome, assim como levantou a questão sobre a possibilidade de revolucionar a forma como doenças crônicas são tratadas. É interessante ressaltar que todas essas modificações ainda são recentemente testadas e os resultados ainda não são todos conhecidos, de modo que podem causar resultados inesperados. Entretanto, o constante estudo desse tópico é uma tendência global e o Brasil, com os projetos da EMBRAPA, é considerado um ator de expertise nessa área e, inclusive, exporta conhecimento por meio de cooperação Sul-Sul para países africanos.

Os avanços tecnológicos, além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, na maioria dos casos, são impulsionados e impulsionadores da globalização.   
Colaboram ainda com a integração mundial, aprimorando, aperfeiçoando e refinando o formato e o desenvolvimento de acordos diplomáticos entre instituições, órgãos multilaterais e Estados.

Ao final, Carlos Cruz ressaltou como as novas tecnologias podem identificar padrões climáticos e ajudar a entender os efeitos da mudança do clima ao longo dos anos. Nesse contexto, destacou também a possibilidade de melhorar a compreensão sobre a situação atual climática. Destacou ainda a grande importância das novas tecnologias no processo de desenvolvimento da cooperação global e de compartilhamento de conhecimento científico, já que essa temática ambiental não respeita fronteiras físicas e afeta diretamente todos os países. A solução portanto passa necessariamente por uma abordagem conjunta internacional e estratégica.

**Aula 6 : Tendências Demográficas e Migrações**

Palestra sobre Imigração e Refúgio ministrada pela representante do ACNUR em São Paulo, Thais Silva Menezes. Ela abordou desde a definição de refugiados adotada nas convenções iniciais, até as questões de migração na atualidade, não deixando de tratar a respeito do fluxo imigratório Venezuelano.

De acordo com o Estatuto do Refugiado, de 1951, refugiado era definido como indivíduos em situação de extraterritorialidade com fundado temor vinculado a perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política. Todavia, com o passar do tempo, essa definição foi ampliada e, atualmente, os princípios básicos do refúgio englobam: acesso ao procedimento de asilo; non refoulement (o não retorno dos indivíduos); direito de buscar e receber asilo; não discriminação; devido processo legal nos procedimentos de elegibilidade; permanência no território; e não penalização pelo ingresso ou presença irregular.

Para abordar a situação mundial da crise de deslocamento forçado de 2017, quando 68 milhões de pessoas no mundo encontravam-se deslocadas, Thais observou que, ao contrário do senso comum, a maior quantidade dessas pessoas estão deslocadas internamente, cerca de 40 milhões de pessoas estão dentro do próprio território, sendo que 85% dos refugiados se encontram dentro de países em desenvolvimento e 52% dos refugiados são crianças.

Além disso, ressaltou que o Brasil incorporou a Declaração de Cartagena a legislação brasileira, contribuindo para a expansão do conceito de refugiado no país, assim como os avanços jurídicos, de modo que a legislação do país possibilita aos refugiados: a não detenção; a carteira provisória de trabalho (CTPS); as vagas específicas em Universidades; e a flexibilização de documentação e isenção de taxas. Todavia, questões como a maior flexibilização de documentos; revalidação de diplomas; integração local; e dispersão pelo território ainda precisam de ser aperfeiçoadas.

Outro ponto tratado foi a recente questão do ataque a refugiados venezuelanos em Roraima. Apesar de termos uma lei considerada inovadora e abrangente quando comparada a outros países e a fama de nação receptora e acolhedora, venezuelanos que chegaram ao Brasil sofreram com a violência de uma cidade.

Mesmo que a declaração de Cartagena esteja em vigência e os pedidos de refúgio ainda estejam sendo acatados pelo governo, será que o Brasil está realmente preparado para receber refugiados na prática e a entender, com base na situação política atual, a necessidade e obrigação jurídica de oferecer abrigo e apoio a essas pessoas?

**Aula 7: Tendências Econômicas e Investimentos Diretos no Brasil**

A aula foi ministrada por Julyana Yokota, especialista em rating da Standard & Poor’s. Ela começou explicitando os conceitos e explicando a importância dessa avaliação para um país se tornar alvo de investimentos externos e adquirir melhores condições relacionadas às finanças para o desenvolvimento interno.

A palestrante apresentou a avaliação de Rating divididas em categorias como diferença entre grau de investimento e grau especulativo. Todavia, foi ressaltado que as avaliações de Rating não conseguem prever fraudes, mas oferecem uma análise mais objetiva e padronizada da capacidade dos países em fazer o repagamento no tempo e a taxas esperadas pelos investidores.

Analisando o rating brasileiro ao longo do tempo percebe-se algumas características da economia brasileira, como a baixa reputação no quesito fiscal, mas avaliações razoáveis a respeito do grau de independência do banco central, força da moeda, entre outras que garantem, no conjunto, o rating do país.

É importante ressaltar o papel dos investimentos de bancos internos e instituições nacionais no país, já que o grau do investimento pode aumentar ou diminuir o rating, assim, em tempos de economia desaquecida, políticas governamentais que promovem impacto fiscal são as que conseguem atrair mais investimento e aumentar o fluxo de transações no país.

Também foi abordado os Green Bonds, espécie de financiamento para projetos que visam o comprometimento com a sustentabilidade a longo prazo. A análise dos green bonds é calculada com base na agregação de avaliações nos quesitos de transparência, governança, mitigação e adaptação (riscos de adaptação - catástrofes naturais). Para se ter uma ideia, não existe projetos sustentáveis o suficiente para a destinação desses recursos.

Ou seja, a ideia dos Green bonds é relacionada aos riscos vindos do custo da inação, visto que o custo de não agir é maior do que da ação. E, assim, promove compromissos com países para estimular a cobertura vegetal, a eficiência energética e o percentual de energia renovável.

No entanto, o que precisa ser levado em conta, é se, de fato, esses green bonds causam um impacto no meio ambiente ou se apenas é uma forma de atrair o chamado marketing verde e encaminhar recursos vindos da responsabilidade social de empresas. Por exemplo, o BNDES é uma das instituições que consegue esses financiamentos por seus projetos eólicos, mas isso não quer dizer que o impacto dessa atividade será positivo e relevante para sociedade como um todo.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final do ciclo de palestras, pude perceber o quão importante para mim é estudar relações internacionais e refletir sobre diversos temas com diferentes perspectivas.

As palestras iniciais, primeiro ciclo, apresentaram a importância de nos vermos como atores no contexto social, político e econômico, além de apresentar as organizações internacionais como formadoras de opinião e meio para debate construtivistas. É importante notar que no sistema internacional, nada é dado de forma explícita, mas sim construído, com base em posicionamentos que analisam as principais tendências e riscos globais para tomarem uma decisão, inclusive com base no perfil de líderes que estão no poder e na atuação de novos agentes no ambiente político. Nosso papel é, portanto, como estudante de Relações Internacionais, entender esses mecanismos, para exercer um mínimo de influência sobre as transformações políticas, econômicas, sociais ou climáticas.

No segundo ciclo, primeira palestra, apresentou-se sobre a importância da pesquisa científica para uma sociedade, visto que ela tem o poder de transformar a qualidade de vida e a rotina das pessoas. Essa discussão foi essencial para reforçar a necessidade do governo em constantemente apoiar e dirigir investimento para esse setor, além de aumentar parcerias de transferência de tecnologia entre os países, pois só a pesquisa vai ser inovadora no desenvolvimento de políticas públicas.

Já as outras conferências, foram mais focadas em falar sobre migração e investimentos. A primeira foi muito importante para quebrar antigas perspectivas sobre refugiados, como a migração ilegal para países da Europa e entender o que vem acontecendo com a reação brasileira a respeito dos venezuelanos no país, além de conhecer sobre a inovadora e abrangente legislação brasileira sobre o assunto. Tal apresentação me trouxe muitos questionamentos sobre questões de xenofobia e como os países podem se resguardar com apoio de organismos internacionais para promover a melhor alocação dos refugiados.

A segunda, foi esclarecedora, pois foi meu primeiro contato com o tema dos ratings e me fez entender a importância da atuação nacional estratégica para promover a manutenção da economia internacional. Além disso, não tinha conhecimento sobre o mercado ávido para projetos que promovem sustentabilidade e tecnologias limpas, foi interessante saber que a quantidade disponível de financiamento para esse tipo de projeto é superior aos que são de fato criados. Todavia, não conclui que esses investimentos promovem algum impacto na melhora da qualidade de vida da sociedade no geral ou na preservação do meio ambiente, acredito que sejam mais para promover uma boa imagem para empresas internacionais.

Por fim, gostaria de agradecer a participação nas conferências pois pude obter contato com diversos perfis de pessoas que me permitiram questionar a abrangência da área de Relações Internacionais e da necessidade de integração desse curso nas outras áreas de conhecimento para a promoção de um impacto positivo no futuro.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea R. “Organizações Internacionais: história e práticas”. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.10ª reimpressão.

MARCOVITCH, Jacques. O Brasil no Futuro do Mundo. Ciclo “Futuro do Presente - O Brasil Imaginado”, 2013.

DALLARI, Pedro. The integration of the law in a politically fragmented world, em Brasil nas ondas do mundo, Álvaro de Vasconcelos (organizador). Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

Flexner, A. and Dijkgraaf, R. (2017). *The usefulness of useless knowledge*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Protegendo refugiados perguntas & respostas. (n.d.). Brasilia: Acnur.

Global, S. (2018). *Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais*. [ebook] Available at: https://www.standardandpoors.com/en\_US/web/guest/home [Accessed 4 Oct. 2018].